

• Matérias-primas

SERRA PELADA

Garimpeiros pedem suspensão de decreto presidencial que prevê o tombamento da cava

por Luiza Pastor de Brasília

Uma comissão formada por 16 representantes de garimpeiros do Pará e Rondônia, além de prefeitos da região aurífera, esteve na sexta-feira com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, em Brasília para pedir a revogação do decreto presidencial de 12 de junho passado, que proíbe toda a atividade de garimpo manual na região de Serra Pelada e solicita o levantamento de estudos para o tombamento da cava principal do garimpo. O ministro concordou em encaminhar ao ministro da Infra-Estrutura, João Santana, o pedido de revogação do tombamento e, segundo o deputado estadual Gedeão Chaves (PST-PA), se comprometeu a levar as reivindicações do setor ao presidente Collor.

A comissão apresentou ao ministro um documento que classifica o decreto como tendo "a magnitude de uma hecatombe" para os estudos que estão sendo realizados no Pará para a elaboração de uma política mineral que complemente as leis federais. "Nossa mina ficará ali, intocável para sempre, sujeita apenas ao esplendor dos nossos olhos e a nítida lembrança de tanto sacrifício de vidas transformado em eterno pesadelo como herança" acusa o texto, assinado por Gedeão Chaves e pelo deputado federal Paulo Titan (PMDB-BA).

Segundo um estudo levado pela comissão e elaborado pela empresa japonesa Bishimetal Exploration Co., dos 12 milhões de toneladas de rejeitos gerados pela produção de Serra Pelada desde o começo de suas atividades, em 1980, há atualmente na região 9,8 milhões de toneladas acumuladas na grota rica, na qual se estima em 3.543 toneladas o volume de ouro ainda por explorar. E isso só no rejeito, porque na cava principal — que seria o alvo do tombamento — o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), de acordo com o estudo da Bishimetal, calcula que existam outras 500 toneladas de ouro, para retirá-las, entretanto, seria preciso investir na mecanização do garimpo ou no rebaixamento da cava, que está inundada, inviabilizando a extração.

"O ministro reconheceu que seria um absurdo tombá-la uma mina de ouro com esse potencial", afirmou Chaves, ao final do encontro com Passarinho. Os recursos necessários para a viabilização da extração, acreditam os sindicalistas que representam os garimpeiros, poderiam vir com a liberação dos 883 quilos de ouro retidos pelo Banco Central (BC) no período de

"Estado incapaz de organização"

por Luiza Pastor de Brasília

O presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia (Singro), José Alves, definiu a operação "selva livre", deflagrada pela Polícia Federal para destruir os garimpos clandestinos da região Ianomami, em Roraima, como "mais uma mostra da incapacidade do estado na organização social do garimpo".

Segundo Alves, o garimpeiro "é muito mais vítima da ausência do estado, que não lhe dá acesso à saúde, à educação, a transporte, a coisa alguma. Sem participar das relações formais da sociedade, não está precavido contra a sociedade capitalista, nunca foi educado na legalização de sua área".

Essa omissão, para o sindicalista, estaria ligada ao interesse das mineradoras, que têm condições para legalizar as áreas e expulsar os garimpeiros para regiões legais. "Al o garimpeiro fica na situação de invasor da casa que ele mesmo construiu", explicou.

Sobre a acusação das entidades internacionais de que a atividade garimpeira ameaça a segurança e as terras dos índios, Alves garantiu que "as missões, que já estavam lá antes dos garimpeiros expulsos de outras áreas, foram muito mais nocivas à cultura e à vida dos índios".

1980 a 1986 e que se encontram hoje sob custódia da Caixa Econômica Federal (CEF).

Esse ouro se originou da diferença entre o volume de metal bruto entregue pelos garimpeiros ao Banco Central e o valor efetivamente contabilizado após a fundição e depuração, e deveria ter sido creditado a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp), que está na Justiça à espera de que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida o seu pedido de liberação dos recursos.

O prefeito de Cuiabá, Rondônia (PA), Sátiael Almeida, aproveitou o encontro com o ministro para entregar-lhe um documento denunciando violências cometidas pelo ex-deputado Sebastião Rodrigues de Moura, o "curió", que estaria sempre cercado de capangas armados e teria ameaçado várias pessoas da região de morte. Segundo Almeida, Passarinho pediu que lhe sejam remetidas fitas e fotos que comprovem as acusações para poder dar encaminhamento à acusação.